

Sob os olhos da Lei:

As Regras da Nacionalização do Ensino no Colégio Santo Antônio

(Blumenau-SC)

Rogéria Rebello Diegoli¹ - PPG-UDESC

Blumenau é uma cidade colonizada, principalmente, por imigrantes alemães. Assim que chegaram, os imigrantes se preocuparam em construir escolas na colônia. Eles vinham com poucos recursos, mas traziam certa cultura, pois tinham freqüentado boas escolas em sua terra. O objetivo principal era alcançar instrução e educação para seus filhos, para que não “se tornassem ignorantes e rudes”.² O ensino e a educação dos filhos dos imigrantes foi sempre uma das grandes preocupações do Dr. Hermann Blumenau, fundador da colônia que tem seu nome. Por este motivo, procurava despertar o interesse dos pais e favorecia a criação de escolas. E assim, desde 1856, Blumenau já contava com uma escola de primeiras letras.

Muitos pedidos foram feitos para que se instalassem escolas públicas na região, mas nada foi feito. Como o governo não proporcionava escolas,³ o imigrante mesmo procurou dar solução ao problema da educação de seus filhos. Conseguiram isso na base da cooperação e com contribuições da Alemanha. Desta forma, as escolas particulares que recebiam verbas da Europa e até mesmo professores vindos da Alemanha proliferaram na região.⁴ Por esse motivo, o ensino da língua vernácula nestas escolas era deficiente, em algumas até nulo. Entretanto, existia uma justificativa plausível para esta questão. Já que o colono não recebia escolas do Governo, ele mesmo fez, e fez como podia, pois não havia quem pudesse ou quisesse ser professor do ensino nacional. Como disse o Dr. Blumenau: “Diante da alternativa de deixar seus filhos sem instrução ou entregá-los a professor que não conhecia suficientemente a língua do país, optou pela segunda”.⁵

A guerra de 1914 e o “perigo alemão” fizeram com que os poderes públicos despertassem de sua letargia. O Governo Federal concedeu grandes verbas para escolas nas zonas de imigração. O Governo do Estado que contratara o professor

Orestes Guimarães, de São Paulo, mandou-o estruturar o ensino público e fiscalizar as escolas nas partes de colonização estrangeiras. Esta foi uma época onde as autoridades começaram a investir nas escolas públicas, sem esquecer de vigiar as particulares. Era uma vigilância minuciosa, uma atenção que tentava perceber todos os elementos tidos como desnacionalizantes. Atenção essa que acabou fechando muitas das escolas particulares por ocasião das guerras e do processo de nacionalização. Um exemplo disso foi a Escola Nova Alemã de Blumenau que iniciou em 1890 com contribuições do próprio Kaiser da Alemanha. Esta escola teve suas portas fechadas em consequência da I Guerra Mundial. Na campanha de nacionalização de 1937 foi-lhe imposta outra direção. Em 1942 foi fechado o Jardim de Infância e o internato. Finalmente o prédio foi entregue ao Estado para nele se instalar uma escola profissional. Atualmente a Escola Pedro II ocupa o prédio.⁶

Desta forma, as escolas de Blumenau eram vistas com muita cautela pelas autoridades estaduais e federais. Os estabelecimentos de ensino estavam no centro das preocupações devido ao fato de se tratar de um espaço de formação. Pode-se notar essa preocupação em épocas diferentes. Em artigo intitulado “A desnacionalização de Blumenau” que foi publicado no Jornal “O Dia” de 20/9/1928, o Sr. Helio Costa denunciava que as escolas eram dirigidas por professores alemães e que as aulas eram ministradas em língua alemã. Reivindicava uma atitude mais drástica por parte do Ministro da Justiça para barrar “elementos pangermanistas” que se desenvolviam na região, acusando assim o dano que isso poderia causar aos interesses brasileiros. O artigo ressaltava também que o Grupo Escolar de Blumenau e o Colégio Santo Antônio eram os únicos estabelecimentos do município que comemoravam, patrioticamente, as datas nacionais, admitindo que “Nesses estabelecimentos se aprende a amar a Pátria”.⁷

Tal artigo leva a inferir que as atenções para a nacionalização do ensino datam de uma época anterior ao Estado Novo de Getúlio Vargas, onde essas providências foram intensificadas. Mas, também suscita a curiosidade em descobrir como os freis

franciscanos, diretores do Colégio Santo Antônio, conseguiam se adequar as regras estabelecidas pelo processo de nacionalização a ponto de serem até enaltecidos por isso. São nestes tempos de crise e conflito que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola.

NACIONALIZAÇÃO NO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO

Foi neste panorama que foi fundado em 1877 o Colégio Santo Antônio por Padre José Maria Jacobs. O Colégio foi inaugurado com o nome de Coleginho São Paulo e ficou sob a direção de Padre Jacobs por 15 anos. Em abril de 1892 Padre Jacobs transferiu o colégio, como também a paróquia, aos padres franciscanos da Província da Imaculada Conceição foi onde recebeu o nome de Colégio Santo Antônio. A nova instituição apregoava muitos princípios que estavam em consonância com os da população local, como também com a elite política e social da cidade. Por isso é fácil entender porque a instalação do Colégio Santo Antônio foi devidamente apreciada e incentivada pelos imigrantes. Em contra partida, estes princípios também chamaram a atenção de órgãos governamentais em diferentes épocas de nossa história. Uma atenção que os diretores desta instituição, provavelmente, dispensariam.

O colégio passou a ser alvo de uma vigilância cuidadosa a partir do momento que o Brasil declarou guerra à Alemanha em janeiro de 1917. A declaração de guerra teve como seqüela, em novembro de 1917, o fechamento do colégio, que, no entanto reabriu no ano seguinte com a matrícula de 198 alunos. Isso sugere que os dirigentes articularam devidamente seus contatos, conseguindo assim despistar as autoridades.

Poderemos notar adiante que os franciscanos sempre foram extremamente cuidadosos em seguir as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação e Saúde como também manter um ótimo relacionamento com as autoridades locais. Cuidados esses que se transformaram em benesses para sua própria instituição. Um exemplo disto encontra-se em um documento do Tenente Coronel Octavio da Silva Paranhos que atendendo um pedido do então diretor do Colégio, desejando requerer uma

subvenção estadual, faz uma declaração enaltecendo o Colégio como “O mais eficiente educandário de Blumenau, não só sob o ponto de vista cultural como disciplinar”.⁸

O Colégio Santo Antônio funcionava em regime de internato masculino e externato misto, mantinha três cursos: primário, médio e secundário que funcionava com as cinco primeiras séries ginasiais. Oferecia também o Curso Colegial e Comercial, Básico e Técnico de Contabilidade. Para obter a licença da Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação havia procedimentos a seguir. Muitos foram os relatórios que os dirigentes do Colégio produziram para obter a licença preliminar e também a permanente. Nestes relatórios, os itens mais freqüentes eram os relacionados ao processo de nacionalização. Um exemplo disto pode-se ver no relatório para obter a inspeção permanente:

O Colégio Santo Antônio é mantido pela Província Franciscana do Sul do Brasil. O Diretor é sacerdote da mesma Ordem Franciscana, brasileiro nato. Os professores são sacerdotes da Ordem ou leigos contratados para o magistério, brasileiros natos ou naturalizados. (...) O Colégio Santo Antônio é indubitavelmente o mais importante fator para a nacionalização desta zona, habitada por imigrantes alemães e seus descendentes. Por esse motivo tem dificuldades especiais a vencer.⁹

Os freis franciscanos eram bons estrategistas que conseguiam burlar a vigilância tanto das autoridades como das pessoas que pudessem ter alguma influência nos meios jornalísticos. O que se nota é que os dirigentes buscavam sempre se adequar às normas para que não fossem alvo direto de retaliações dos órgãos governamentais.¹⁰

O relacionamento harmônico com o exército já era algo consolidado entre as duas instituições. Entretanto, as autoridades que fiscalizavam as escolas, na figura dos inspetores, eram um problema a resolver. Pelo que se pode observar nos documentos encontrados, este foi um problema solucionado pelos dirigentes. Em documento assinado pelo inspetor Escolar “Adriano Mosimann”, isto fica evidente:

Da rápida visita feita, nesta data, no Colégio Santo Antônio de Blumenau, levei muito boa impressão: seu ensino é ótimo e as disposições legais referentes à nacionalização estão sendo cumpridas escrupulosamente. (...) Todo o ensino é ministrado na língua vernácula; apenas a doutrina cristã para os teutos e as

aulas de alemão em geral são dadas na língua de Goethe, ao todo seis aulas semanais. (...) O Sr. Diretor e todos os seus dignos auxiliares conhecem e falam, fluentemente, a língua vernácula.¹¹

Desta forma, pode-se dizer que o processo de nacionalização foi muito bem articulado pelas autoridades do governo e seguido, na maioria das vezes, pelos estabelecimentos de ensino, pois caso contrário, muitos correriam o risco de fechar suas portas.

II GUERRA MUNDIAL NO COLÉGIO SANTO ANTÔNIO

Concomitantemente ao processo de nacionalização estava acontecendo, durante uma determinada época, a II Guerra Mundial. Por ser uma cidade colonizada por imigrantes alemães, como já se falou anteriormente, Blumenau era uma das cidades mais vigiadas de Santa Catarina.¹² O Colégio Santo Antônio por ser um colégio situado nesta cidade e, principalmente, por ser dirigido por religiosos alemães, sofria uma vigilância ainda maior. Em relação à guerra, muitas eram as providências que os dirigentes tinham que tomar:

Tendo em vista o estado de guerra em que se acha o país, situação grave que requer de todos o máximo de sacrifício e da qual decorrerão possivelmente interrupções no ritmo normal do ensino e dificuldades na execução dos regulamentos que dispõem sobre a inspeção dos estabelecimentos de ensino secundário, chamo a vossa atenção para quatro assuntos principais, a saber: a) a proteção dos alunos; b) a continuidade do ensino; c) a preservação do arquivo escolar; d) a previsão da mobilização escolar.¹³

Cada item era devidamente explicado demonstrando a atenção que deveria ser dado. Um exemplo disso era a descrição das instalações e primeiros socorros que o colégio deveria fornecer caso “o pior pudesse suceder”. O Colégio deveria instalar um posto de primeiros socorros não só aos alunos como a toda a população que os procurassem; habilitar os professores a prestar esses primeiros socorros; inscrever o diretor ou professor no Curso de Defesa Passiva Anti-Aérea; confeccionar sacos de areia para servir de abrigo anti-aéreo; afastar as salas de laboratório para lugar seguro; organizar turmas de costura para os soldados abertos ao sexo feminino; entre outras.¹⁴

O documento chamava atenção para que essas medidas não fossem motivo de alarme, mas sim que servissem para que os estabelecimentos de ensino “constituíssem centros de socorros e auxílios materiais a toda a localidade em que estão situados (...) e que irradiem pela propaganda sadia, pelo exemplo do trabalho e pelo fervor patriótico o incentivo moral que aos educadores compete transmitir à população civil”.¹⁵ Vale ressaltar que em todos os documentos referentes ao esforço de guerra vinha um apelo ao “entusiasmo cívico”, a “união”, ao “empenho”, ao “patriotismo” e a “defesa nacional”.

Outra medida tomada pelas autoridades era a proibição de falar alemão¹⁶ nas dependências do Colégio. Algo que foi extremamente controlado e seguido como podemos observar na fala de um ex-aluno que estudou nesta instituição de 1937 a 1941.

O que não podíamos fazer era falar alemão. Os professores também cuidavam com o que falavam. Os professores que eram alemães andavam na linha, para não levantar dúvidas quanto a sua pessoa e não serem presos. O resto era tudo igual, como sempre. Não se notava que estávamos em guerra. Sempre achei que os freis não eram incomodados pela polícia.¹⁷

O que se pode notar através deste depoimento é que os freis eram extremamente cuidadosos ao tomar as providências necessárias em relação a nacionalização e, principalmente, a guerra. Os alunos não chegavam a notar mudanças drásticas no cotidiano escolar. A proibição de falar alemão era o que mais se destacava.

Ao mesmo tempo em que no colégio havia um silenciamento das novas atitudes, na cidade as conversas giravam em torno da guerra. Nas palavras do ex-aluno que estudou nesta instituição no período de 1942 a 1948:

Já na cidade, quando passeávamos pelo centro, todos conversavam sobre a guerra, falávamos sobre os que tinham sido presos, sobre os que tinham que tomar cuidado. Eu até participei de uma passeata em 1945 contra a guerra. Nós não fomos pelo colégio, mas o Colégio incentivou que fossemos, tinham muitas bandeiras brasileiras.¹⁸

Outras providências que eram adotadas não foram percebidas pelo aluno entrevistado. Pode-se inferir, baseando-se nestes dois depoimentos, que as medidas

eram tomadas entre os dirigentes e professores, e estes deveriam tomar cuidados extremos para que fossem incorporadas de forma tal no cotidiano escolar que passassem despercebidas. Outro ponto interessante a ressaltar era o bom relacionamento que os freis mantinham com o “Batalhão 23 RI”. Como nos conta um ex-aluno:

O batalhão andava sempre pelo colégio, eles davam instrução militar para os formandos. Era chamado “Centro de Instrução Pré-Militar” e eram dois tenentes que nos davam treinamento (apenas para os internos). Na minha época tinham dois freis alemães e eles se davam muito bem com o pessoal do Batalhão. Deve ser por isso que ninguém os incomodava.¹⁹

Ao mesmo tempo em que os alunos não notavam grandes mudanças no cotidiano escolar, muitas providências eram tomadas pelas autoridades. Uma delas diz respeito aos professores naturais de países em que o Brasil estava em guerra. Como já foi visto anteriormente, em depoimento de um ex-aluno, esses professores tomavam certos cuidados e como poderemos ver em documento descrito abaixo eles tinham bons motivos pra isso. Este documento foi enviado aos inspetores de ensino para estabelecer regras de vigilância para evitar “atividades que pudessem ser contrárias aos interesses nacionais”.²⁰

- a) que os professores naturais da Alemanha ou da Itália poderão continuar exercendo o magistério, desde que permaneçam entregues ao trabalho, obedientes a lei, colaborando nas atividades defensivas do país;
- b) que sobre os professores estrangeiros em geral deverá ser exercida discreta, mas atenta vigilância, tendente a localizar e suspender o professor estrangeiro que, por ação ou omissão faltar aos seus deveres para com o Brasil;
- c) afim de que possa ser mais eficiente a vossa vigilância sobre a atividade dos professores estrangeiros, deveis solicitar a colaboração da diretoria desse estabelecimento, desde que o diretor seja brasileiro;
- d) recomendo-vos exercer, também, vigilância constante sobre a diretoria do estabelecimento, caso a mesma seja de brasileiros naturalizados ou de membros de congregações religiosas estrangeiras, evitando, atividades que possam ser contrárias aos interesses nacionais.²¹

Como se viu nos documentos e depoimentos descritos, o Colégio Santo Antônio foi alvo direto tanto do Processo de Nacionalização como dos cuidados referentes à II Guerra Mundial. Foi uma época de vigilância intensa e grande preocupação para os dirigentes desta instituição. Ao contrário do que aconteceu com muitas escolas catarinenses nesta mesma época, o Colégio Santo Antônio tornou-se

ainda mais requisitado pela elite da região do Vale do Itajaí, demonstrando com isso que os freis franciscanos souberam passar por essa crise articulando muito bem estratégias que transformaram esta instituição numa “Oficina de Civismo”.

¹ Mestranda em Educação e Cultura da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC- bolsista do Programa de Monitoria de Pós-graduação) Orientanda do Prof. Dr. Norberto Dallabrida. E-mail: roredi@hotmail.com Fone (047) 9992-1090.

² Centenário de Blumenau – 1850-1950. Edição da Comissão de festejos.p 284

³ Sobre esta questão é interessante consultar MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

⁴ Apenas em 1913 foi fundado um grupo escolar chamado “Luis Delfino”. Mesmo assim esta instituição não daria conta do número de crianças da colônia. Centenário de Blumenau – 1850-1950. Edição da Comissão de festejos.p 284

⁵ Centenário de Blumenau – 1850-1950. Edição da Comissão de festejos.p 290

⁶ Idem, p 286-287

⁷ Jornal “O Dia” de 20/9/1928

⁸ Documento datado de 25 de fevereiro de 1942.

⁹ Relatório do Colégio Santo Antônio para obter a inspeção permanente. 01/06/1935. Aqui cabe ressaltar que essa inspeção só foi adquirida em 1938, depois de várias reformas tanto no setor físico como na organização do setor de ensino.

¹⁰ As hipóteses aqui fixadas foram alicerçadas em diversos documentos, jornais, relatórios do Colégio Santo Antônio. Serviu também como subsídio os documentos enviados pelo Ministério de Educação e Saúde. Utilizou-se ainda recursos provenientes da história oral, entrevistando-se ex-alunos. Todas as fontes primárias que deram alicerces científicos ao presente estudo foram coletadas em Blumenau, no arquivo inativo do Colégio Santo Antônio e no Arquivo José Ferreira da Silva.

¹¹ Documento enviado em 17 de abril de 1931 ao Diretor da Instrução Pública e ao Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pelo Sr. Adriano Mosimann.

¹² Para Aprofundar essa questão sugiro a leitura de FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004

¹³ Documento enviado pelo Ministério de Educação e Saúde em 26 de setembro de 1942.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Sobre essa questão é interessante consultar CAMPOS, Cyntia Machado . *A política da era Vargas: proibição de falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

¹⁷ Schaeffer, José Germano. Entrevista concedida a Rogéria R. Diegoli. Brusque, 20 de abril de 2005.

¹⁸ Schaeffer, Aderbal. Entrevista concedida a Rogéria R. Diegoli. Brusque, 27 de abril de 2005.

¹⁹ Idem.

²⁰ Documento enviado pelo Ministério de Educação e Saúde em 24 de fevereiro de 1943 aos inspetores de ensino. Os documentos enviados por este órgão eram assinados pela diretora do Departamento Nacional de Educação, a Sra. Lucia Magalhães.

²¹ Idem.